

STF julga núcleo militar por tentativa de golpe

Testemunhas da ação penal começaram a ser ouvidas

Por Gabriela Gallo

Dando continuidade ao julgamento sobre o plano de tentativa de golpe de Estado, a Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) começa a julgar a partir das 9h30 desta terça-feira (20) o núcleo 3 do plano. Esse núcleo, composto por 12 militares indiciados pelo procurador-Geral da República, Paulo Gonet, é acusado de ser o executor e organizador das “ações táticas” para implementar o golpe de Estado.

É dentro dessas ações que está o plano “Punhal Verde e Amarelo”, que previa o assassinato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), do vice-presidente Geraldo Alckmin (PSB) e o então presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e ministro do STF, Alexandre de Moraes.

O presidente do colegiado, ministro Cristiano Zanin, separou três sessões para definir se a Corte acatará a denúncia da Procuradoria-Geral da República e tornará os acusados réus (ou não). São duas sessões na terça-feira, uma às 9h30 e outra às 14h, e uma outra sessão às 9h30 de quarta-feira (21).

Competência

Serão julgados pelo colegiado 11 militares da ativa e da reserva do Exército Brasileiro e um agente da Polícia Federal (PF). Como a maioria dos indiciados é vinculada às Forças Armadas, questionou-se o motivo deles serem julgados pelo STF e não pelo Superior Tribunal Militar (STM). Porém, ao Correio da Manhã o advogado criminalista e professor de prática penal no IDP Luiz Augusto Rutis explicou que, como a acusação de



Freire Gomes confirmou a reunião com Bolsonaro e sua posição contrária à proposta

tentativa de golpe se encaixa no contexto investigativo vinculado à Operação Lesa Pátria, da Polícia Federal, o julgamento é de competência do Supremo.

“Nesse cenário, tudo aquilo que deriva dessa Operação é de competência do STF. Exatamente o que ocorre no núcleo do Punhal Verde e Amarelo. É bem verdade que, em caso de acusados militares, a competência costuma ser da Justiça Militar. Porém, aqui, considerando que há um órgão superior que já se declarou competente para analisar os fatos e que existe (na visão do STF) conexão entre esse episódio e o referido contexto investigativo maior, a prerrogativa de julgamento recai sobre a Corte Constitucional”, detalhou Rutis.

Depoimentos

Ainda sobre o julgamento da tentativa de golpe, mas abrangendo os envolvidos que já se tornaram réus pelo caso, nesta segunda-feira (19) foram

realizados os primeiros depoimentos de testemunhas ligadas os réus do núcleo 1 da trama, dentre eles, o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). A Primeira Turma do STF ouvirá as 82 testemunhas, indicadas pela PGR e pelos oito réus do grupo, até 2 de junho. Após os depoimentos, realizados por meio de videoconferência, os réus serão convocados para interrogatório.

No primeiro dia, foram prestados cinco depoimentos: o ex-comandante do Exército Marco Antônio Freire Gomes; o empresário Éder Lindsay Magalhães Balbino, dono do Instituto Voto Legal (IVL), empresa contratada pelo PL para avaliar as urnas eletrônicas; Clebson Ferreira de Paula Vieira, que foi analista de inteligência da Coordenação-Geral de Inteligência do Ministério da Justiça durante a gestão de Anderson Torres, e Adiel Pereira Alcântara, ex-coordenador de Análise de Inteligência da Polícia Ro-

doviária Federal (PRF). Estava previsto o depoimento do ex-comandante da Aeronáutica, Carlos de Almeida Baptista Júnior, mas o testemunho foi adiado para esta quarta-feira porque o tenente-brigadeiro alegou estar em viagem internacional.

Durante a sessão, Éder Balbino disse que Bolsonaro não participou das reuniões que teve com o PL e que não foi encontrada nenhuma irregularidade nas urnas eletrônicas. Clebson Vieira disse que acredita que seu trabalho foi usado de maneira política ilegal durante o período eleitoral em 2022 e afirmou que a atuação da PRF foi diferente nas cidades que tinham maioria dos votos em Lula em comparação com as cidades em que Bolsonaro tinha a maioria dos votos.

Freire Gomes confirmou que, em dezembro de 2022, participou da reunião com Jair Bolsonaro e demais autoridades das Forças Armadas.

Câmara deve discutir projeto para coibir fraudes no INSS

Por Gabriela Gallo

Nesta terça-feira (20), está previsto para a Câmara dos Deputados votar o regime de urgência do Projeto de Lei (PL) 1.846/2025, de autoria do deputado Sidney Leite (PSD-AM), que propõe a proibição de descontos de aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) referentes a mensalidades de associações e demais entidades de aposentados legalmente reconhecidas. O projeto ainda não tem relator. Caso ele seja aprovado em regime de urgência, poderá ser discutido e aprovado no mesmo dia.

O projeto pautado é uma resposta direta ao que foi relatado pela Polícia Federal (PF) na Operação Sem Desconto, que descobriu um esquema de descontos indevidos em beneficiários do INSS, que ocorreu de 2019 a 2024. Segundo apurações das autoridades, eram descontados valores mensais de aposentados e pensionistas do instituto, sob a justificativa de que eles se tornariam membros de associações de aposentados – o que não era o caso, já que as vítimas não foram vinculadas a nenhuma associação. Ao todo, onze associações são investigadas. Os desvios dos recursos totalizam R\$ 6,3 bilhões.

Congresso

Na última sexta-feira (16), o presidente da Câmara, Hugo



INSS tenta ressarcir os beneficiários lesados

Motta (Republicanos-PB), informou que nesta semana daria prioridade para projetos que combatam eventuais novas fraudes nos pagamentos previdenciários do INSS. A proposta é conceder urgência e dar atenção a diversos projetos sobre o tema, de forma a criar um pacote antifraude no pagamento do benefício do INSS.

Além disso, nesta semana deputados federais e senadores devem se reunir com o presidente do Senado Federal, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), para discutir a possibilidade e pressioná-lo a ler na próxima sessão conjunta do Congresso

Nacional o requerimento que solicita a abertura de uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) que investigue o esquema de fraude. O pedido da instalação da comissão conta as assinaturas de 223 deputados e 36 senadores.

Governo

Até o fechamento desta reportagem, o governo federal não se manifestou favorável à instalação de uma CPMI – externada pela ministra de Relações Institucionais Gleisi Hoffmann na última semana. Contudo, senadores do Partido dos Trabalhadores divergiram

do Palácio do Planalto e se manifestaram favoráveis à investigação. Caso o colegiado seja instalado – o que deve acontecer, segundo previsão de Davi Alcolumbre, considerando a pressão popular e parlamentar referente ao tema – parlamentares da base do governo adotarão uma estratégia de tentar vincular o esquema a gestão de Jair Bolsonaro (PL), já que a polícia apontou que as fraudes começaram em 2019.

Enquanto isso, o governo corre contra o tempo só para ressarcir os aposentados e pensionistas que foram lesados. O presidente do INSS, Gilberto Waller Júnior, informou que o instituto implementará atendimento presencial para os beneficiários que identificarem que sofreram descontos indevidos oriundos do esquema de fraude. Ele declarou a informação nesta segunda-feira (19), em entrevista ao programa “Encontro”, da TV Globo.

Na entrevista, ele ainda reforçou que, enquanto o atendimento presencial ainda não é instalado, os beneficiários podem verificar eventuais descontos indevidos no benefício, e solicitar reembolso caso seja confirmado o dolo, pelos canais virtuais do instituto – através do aplicativo Meu INSS, ou pelo telefone 135.

Nesta terça, o advogado-Geral da União, Jorge Messias, dará entrevista onde detalhará sua atuação contra as fraudes.

CORREIO BASTIDORES

POR FERNANDO MOLICA

Vinicius Loures/Câmara dos Deputados



Suspensão beneficiária Ramagem e outros réus

Decisão do STF contribuiu para esvaziar anistia

Ao não suspender integralmente a ação contra o deputado Alexandre Ramagem (PL-RJ), o Supremo Tribunal Federal deu uma boa esfriada na campanha pela anistia. A perspectiva de diminuição de penas de condenados também contribuiu para esvaziar a proposta.

Mesmo no PL, o tema acabou sendo substituído pelo escândalo do INSS, um assunto mais popular,

ainda que tenha potencial para gerar problemas também para o governo de Jair Bolsonaro.

No partido, a possibilidade de suspensão do processo era vista com a saída para livrar o ex-presidente do processo, ainda que temporariamente — pela interpretação feita pela maioria da Câmara, todos os denunciados na ação penal seriam beneficiados.

Centrão

A decisão foi muito sentida por deputados do Centrão, que haviam votado a favor de Ramagem — alguns viam na medida uma saída uma alternativa para retardar o andamento de prováveis processos contra eles, principalmente os relacionados com emendas.

Precaução

Diante da decisão unânime da Primeira Turma do Supremo, mesmo esse grupo de parlamentares demonstra ter reavaliado sua posição. Experientes, eles sabem que, em situações como essas, é melhor não provocar um antagonista tão poderoso quanto o STF.

Bruno Peres/Agência Brasil



Carlos Lupi, ex-ministro da Previdência

PDT: falta de cargos explica saída da base

Um deputado do PDT diz que a saída do presidente do partido, Carlos Lupi, do Ministério da Previdência foi apenas o pretexto para o rompimento da bancada com o governo.

Segundo ele, o motivo verdadeiro passa muito longe de uma solidariedade ao ex-ministro e está relacionado com a pouca importância que Palácio

do Planalto dá ao PDT.

A insatisfação, como o Correio Bastidores registrou ao longo de 2024, vem de longe. Há muito que a bancada vinha se queixando da falta de dois combustíveis essenciais na relação com o Congresso: cargos e liberação de emendas. Os problemas já tinham sido levados a Lupi.

É do Davi...

Para a bancada, o fato de o novo ministro da Previdência, Wolney Queiroz, ser filiado ao PDT não tem importância. Na avaliação deles, partido não tem ministério — Waldez Góes, da Integração Regional, é da cota do presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP).

Patinho feio

O caso do União é sempre citado como exemplo: o partido de Alcolumbre tem 60 deputados, mas só entregaria menos de 20 votos ao governo. Mesmo assim, manda em três ministérios. O PDT tem 17 deputados, quase sempre vota com o Planalto e não seria recompensado.

Mágoa

Outro motivo de insatisfação está relacionado com o que pedetistas classificam de falta de atenção. É aquela história de o presidente Lula ir num estado, inaugurar obra, fazer discurso — e não citar a presença de deputados da base. Deputados também ficam magoados.

Necessidade

A birra do PDT não deverá ter consequências em votações mais simbólicas, como no caso da isenção de imposto de renda para quem ganha até R\$ 5 mil. O problema será mais sentido em pautas menos badaladas. “O governo sempre precisa de votos”, diz o deputado.